

482

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 26 10 2011	Horário Início 15h48min	Sessão/Reunião 98ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 1

**TERCEIRA SECRETARIA
 DIRETORIA LEGISLATIVA
 DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
 SETOR DE TAQUIGRAFIA
 SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA
 ATA CIRCUNSTANCIADA DA 98ª
 (NONAGÉSIMA OITAVA)
 SESSÃO ORDINÁRIA,
 DE 26 DE OUTUBRO DE 2011.**

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Convido o Deputado Wasny de Roure a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – O Expediente lido vai à publicação.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT/PRB. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos vivendo um importante momento da minha categoria, que é a categoria de vigilantes do Brasil.

Estamos no Distrito Federal, Sr. Presidente, desde ontem, com vigilantes do País inteiro. Fizemos ontem uma marcha em defesa do risco de vida, de 30 %. É uma batalha, é uma luta que está sendo travada pelos vigilantes brasileiros.

483

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início		
26	10	2011	15h48min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

Nós temos um projeto, Deputado Wasny de Roure, que tramitou na Câmara dos Deputados quando V.Exa. ainda estava lá como Deputado Federal. Na verdade, essa batalha vem desde o tempo em que eu era Deputado Federal, quando apresentei um projeto que criava o risco de vida. Não logrei êxito na época. Depois, a Senadora Vanessa Grazziotin, do PCdoB, apresentou um projeto na Câmara dos Deputados. Esse projeto tramitou, chegou ao Senado Federal, onde fizemos um acordo com todos os partidos. Inclusive, era Vice-Presidente do Senado o Senador Marconi Perillo, e era Líder do Governo – e ainda é – o Senador Romero Jucá. Contamos com o apoio decisivo do Presidente Sarney. Houve uma emenda ao projeto. Essa emenda é fundamental, porque limita o risco de vida dos trabalhadores de segurança privada. O projeto foi emendado e voltou à Câmara. É o Projeto 1.033. Ele agora está na reta final, está na Mesa da Câmara dos Deputados para ser aprovado. Nós temos a garantia do Deputado Marco Maia de que, na hora em que abrir uma janela – lá, as medidas provisórias trancam a pauta, a pauta está trancada pelas medidas provisórias –, o projeto será colocado em pauta e, seguramente, será aprovado por todos os Deputados. Depois, vamos contar com a sanção da Presidente Dilma.

Eu já estive conversando com a Ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti, e, em audiência com S.Exa., pedi o apoio do Governo para a aprovação da matéria. Estive, também, com a Ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, no sentido de pedir o apoio do Governo para aprovação. Temos o apoio importante e fundamental do Ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, que, quando estava no Planejamento, já apoiava o projeto. Portanto, tenho certeza absoluta de que estamos na reta final.

Reunimos representações dos vigilantes desde o Acre ao Rio Grande do Sul, que, desde ontem, estão na cidade. Ontem fizemos uma marcha importante até o Congresso Nacional. Os vigilantes ficaram a tarde toda no Congresso, nas galerias da Câmara, indo de gabinete em gabinete conversar com os Deputados. Eram mais de mil vigilantes do Distrito Federal e de todo o Brasil. A partir de hoje, estamos realizando um seminário no Teatro Dulcina. Esse teatro está lotado de vigilantes, que estão fazendo uma discussão a respeito do futuro da nossa profissão, a respeito da vigilância clandestina, a respeito da segurança privada durante a Copa, já que é uma determinação da Fifa que os estádios tenham a segurança de vigilantes durante os jogos da Copa. A Polícia Militar não poderá fazer a segurança interna dos estádios, Deputado Wasny de Roure. Há uma determinação da Fifa no sentido de que a segurança seja feita por seguranças privados. Portanto, é um momento importante.

Amanhã, vamos prosseguir com o nosso seminário. Amanhã, na parte da tarde, às 14h, teremos uma palestra a ser proferida pelo Secretário Executivo do Ministério da Justiça, Luiz Paulo Barreto, que já foi Ministro, é uma pessoa que entende muito da segurança privada no Brasil e está fechado conosco nessa luta.

484

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 26 10 2011	Horário Início 15h48min	Sessão/Reunião 98ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 3

Quero aqui, da Câmara Legislativa, levar uma saudação a todos os vigilantes do Brasil que estão hoje na Capital da República buscando seus direitos, discutindo os seus problemas. Quero dizer que, aqui na Câmara Legislativa, estaremos sempre repercutindo a luta e a necessidade desses trabalhadores.

Nós estamos desenvolvendo outra batalha. Fizemos, aqui na Câmara Legislativa, uma lei que assegura o direito dos trabalhadores terceirizados no Distrito Federal. Já estamos em tratativas com o Congresso Nacional para que seja feita uma lei nesse sentido. Conversei, inclusive, com o Presidente do Senado e do Congresso, Senador José Sarney, que me garantiu que ele próprio está disposto a apresentar um projeto nesse sentido.

Sr. Presidente, Deputado Dr. Michel, fica aqui a minha saudação aos vigilantes brasileiros. É uma atividade importante. Na verdade, é uma atividade complementar à segurança privada. Nós não estamos invadindo a esfera da segurança privada. Precisamos disciplinar para valer essa questão da segurança privada no Brasil. Nós não queremos invadir a competência da segurança pública, mas queremos assegurar o nosso direito, como trabalhadores da segurança privada, inclusive nesta Casa. Todos nós aqui somos testemunhas do trabalho desenvolvido pelos vigilantes nesta Casa. São trabalhadores, realmente, preparados, que tratam quem vem a esta Casa com a maior urbanidade e dão segurança efetiva a nossa Casa. Esse é o exemplo, Deputado Wasny de Roure, do que são os vigilantes brasileiros.

Então, o nosso seminário está acontecendo no Teatro Dulcina. Eu até convido os Deputados que puderem passar por lá para darem um alô para os vigilantes, os companheiros e as companheiras que estão lá, já que é uma categoria formada de homens e mulheres. Eles terão a maior satisfação em receber todos vocês. É uma iniciativa da Confederação Nacional dos Vigilantes, da qual eu sou diretor. É um momento fundamental e muito importante da nossa categoria.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, passamos a palavra ao Deputado Wasny de Roure, Líder do Governo.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a minha palavra é bem objetiva.

Em primeiro lugar, peço apoio de toda a Casa para votarmos quatro projetos já previamente debatidos entre os Deputados e que representam avanços importantes para Brasília. Dois deles são de processo de parcelamento do solo. Um deles é para a liberação do novo edifício da Câmara dos Deputados. O outro projeto é de uma escola de língua francesa aqui em Brasília no Lago Sul. É um projeto promovido pela Embaixada da França, que pretende apresentá-lo a toda Brasília quando recepcionar representantes do governo francês. Temos ainda um projeto da

485

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 10 2011		15h48min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	4	

Codeplan, que é sobre pagamento de terceirização, e também um da banca examinadora do Detran.

Eu faço um apelo aos colegas Parlamentares para que nós possamos nos debruçar sobre essas matérias hoje à tarde e ter condições de apreciá-las.

Em segundo lugar, Deputada Liliane Roriz, eu gostaria de trazer aqui uma questão que nos preocupa profundamente. Sr. Presidente, eu tenho o cuidado, onde eu transito na cidade, de observar a precariedade das instalações públicas. Hoje, eu gostaria de focar o Parque de Brasília, o Parque da Cidade. O parque está na região mais nobre e mais valorizada de Brasília e precisa ser radicalmente modificado para estar à altura de uma cidade que é a Capital da República. O Parque da Cidade é uma das áreas mais importantes de Brasília e merece ter uma proteção devidamente à altura do que ele representa.

Outra observação é com relação ao Parque do Varjão e Lago Norte. Esse parque está em uma área extremamente privilegiada, bem na entrada do Lago Norte, e merece atenção das nossas autoridades. Em algumas partes, está totalmente destruída a recuperação da cerca de proteção dessa área de preservação ambiental e parque na nossa cidade.

Eu faço um apelo aos nossos administradores tanto de Brasília quanto do Lago Norte no sentido de atentarem... Temos condições de apresentar emendas para fortalecer a programação orçamentária dessas duas unidades de Brasília. Eu tenho certeza de que, Deputada Celina Leão, que tem ombreado conosco; Deputado Prof. Israel Batista, que acompanha a gestão do Lago Norte, podemos recuperar essas duas áreas ambientais do Lago Norte que estão tanto na entrada à direita quanto na entrada à esquerda dessa região administrativa, como também o Parque da Cidade.

Eu tenho certeza de que o Deputado Joe Valle, que capitaneia o debate da área ambiental... Inclusive, debatemos ontem sobre a questão da Frente Parlamentar. A nossa Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo com certeza estará vigilante acerca da recuperação dessa proteção do Parque de Brasília.

Sr. Presidente, eram essas rápidas considerações. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (Bloco PTC/PSL/PMDB/PSC/PTdoB. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nós teremos hoje uma audiência pública, em Arniqueiras, proposta pelo Deputado Olair Francisco, sobre a legalização daquela cidade.

Nós tivemos uma audiência pública sobre os condomínios. Há uma proposição nossa, do nosso bloco, para criação da Secretaria dos Condomínios como instrumento que pode centralizar toda a parte jurídica e técnica para que todos os

486

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 26 10 2011	Horário Início 15h48min	Sessão/Reunião 98ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 5

condomínios possam ter um lugar para procurar. O que existe em Brasília atualmente são vários órgãos que cuidam de uma área só e na realidade não cuidam de nada.

Essa proposição de criar uma secretaria dos condomínios com corpo técnico, que foi discutida com o Governador Agnelo, visa principalmente dar celeridade a essa grande moeda de troca política que é essa campanha de legalização dos condomínios. Em todo ano de eleição, chegam os candidatos prometendo a legalização do condomínio a, b ou c.

Também estamos propondo a criação da RA de Arniqueiras. Muitos dizem: "São muitas RAs, para que descentralizar tanto?" O Distrito Federal já está prestes a completar 2 milhões e meio de pessoas. A maioria dos estados brasileiros tem em média 150 municípios, Brasília tem 30. O município tem participação do Fundo de Participação dos Municípios - FPM. As administrações regionais na realidade têm poucos cargos, que são criticados, mas que dão celeridade, uma aproximação muito maior com a população.

Nós temos hoje, Deputado Chico Leite, trinta RAs em Brasília e eles ainda acham muito. A maioria dos estados tem 150 municípios com a população muito menor do que a do Distrito Federal. Agora, está acontecendo um plebiscito para dividir o Estado do Pará em mais dois estados. Na realidade, há uma divisão da receita, principalmente no que se refere à transferência do FPM. Aqui, não. As RAs na realidade são uma espécie de condomínio que serve exatamente para saber onde há necessidade de urbanização, de energia. Eu vejo muito a mídia dizer: "Não, criando mais uma RA vamos criar muitas despesas". Que despesa, gente? A despesa pela melhoria do atendimento à população? Será com o mesmo orçamento que nós temos. Nós não vamos alterar em nada o orçamento do Distrito Federal. Nós não podemos ter regiões com mais de 80 mil habitantes sem ter um espaço aonde a população vá e reclame. Tem que existir um órgão público para atender.

Portanto, nós estamos propondo a criação da RA de Arniqueiras e vamos fazer hoje, por proposição do Deputado Chico Leite e do Deputado Olair Francisco, uma audiência para discutir os problemas daquela região que é uma realidade. E nós estamos muito confiantes porque nessa audiência que tivemos aqui, Deputado Prof. Israel Batista, nós tivemos a presença do Secretário Magela e S.Exa. assumiu o compromisso de que, até o dia 2 de dezembro, vai trazer na próxima audiência sobre condomínios a legalização de dois condomínios. E nós sabemos que o Poder Público, quando quer resolver uma questão e tem pulso forte, ele resolve.

Quem não assistiu, no Governo Fernando Henrique Cardoso, Deputado Chico Vigilante, à privatização da Companhia Siderúrgica Nacional, em que os advogados e o Ministério Público, de meia em meia hora, entravam com uma ação e o Governo ia derrubando até vender? Nós não estamos assistindo à questão da Usina de Belo Monte, em que o Ministério Público e o Ibama a cada hora entram com uma ação e o Governo vai lá e derruba? Nós vamos cobrir uma área, Deputado Chico Vigilante,

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		487 NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início		
26	10	2011	15h48min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

quase do tamanho do Distrito Federal com aquela usina, mas o Governo está determinado a fazer, e nós sabemos que, quando o Governo quer fazer, ele faz.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador) – Deputado Agaciel Maia, eu acho muito importante esse pronunciamento que V.Exa. está fazendo porque a Usina de Belo Monte tem trinta anos de estudo. Nós sabemos que o mundo todo, para continuar se desenvolvendo, precisa de energia, tem que ter energia. O Presidente Lula — e nós sabemos do compromisso que ele teve com o meio ambiente, com os índios, com os desfavorecidos — tomou a decisão efetiva de fazer e iniciou o processo, e a Presidente Dilma, que era a Ministra da Casa Civil, que coordenava o PAC, tem compromisso com essa obra.

Eu acredito que o que precisa é existir certa uniformidade entre as decisões. De repente tem que ficar a Advocacia-Geral da União de plantão em todos os estados, porque sempre tem um promotor e sempre aparece um juiz federal para apresentar uma liminar. Se até o Supremo Tribunal Federal decidiu, porque é que continua sendo concedida liminar?

Eu estava vendo ontem, e acredito que V.Exa. acompanhou também... Eu conheço Manaus, V.Exa. conhece Manaus e sabe da dificuldade que Manaus tem para crescer. O Presidente Lula tomou a decisão de fazer aquela ponte que liga Manaus a Iranduba — eu acho que é esse o nome da cidade às margens do Rio Negro —, e está lá um menino, com todo respeito que tenho aos promotores, e acredito que é o primeiro emprego dele, porque estamos com um problema muito sério também, Deputado Chico Leite. V.Exa., que é promotor, sabe que há muitos promotores no Brasil hoje cujo primeiro emprego foi o de promotor. Nunca teve uma outra atividade na vida, e está lá o menino questionando o valor da obra.

E eu digo: para uma cidade que não tem mais como crescer, para uma cidade em que os próprios produtores rurais diziam ontem que tinham a maior dificuldade de transportar os seus produtos, uma cidade que precisa efetivamente se desenvolver cada vez mais para que as pessoas fiquem lá trabalhando, esse investimento, com o critério, com o rigor que teve, com o acompanhamento da CGU, com o acompanhamento do Tribunal de Contas da União... Agora, depois de a obra entregue, ficam questionando a idoneidade da obra. Portanto, eu acho que está na hora de a gente fazer uma discussão mais séria com relação a isso neste País.

Outra obra, Deputado Agaciel Maia, que questionavam muito era a Rodovia do Pacífico. V.Exa. já esteve no Acre, e quem já esteve no Acre sabe que aquele estado, especialmente na floresta, não tem pedras. Sabia disso, Deputado Chico Leite? É só areia, não existem pedras. Portanto, para fazer o leito da rodovia, tiveram que importar pedras do Amazonas, do Pará e quiçá até do Maranhão. É claro que, numa obra dessas, o quilômetro de asfalto não vai ser o mesmo preço de uma

488

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
		3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
26 10 2011	15h48min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA		7

feita em cima do lajedo no Ceará ou em cima do lajedo no Piauí. E ficam dizendo que a obra está superfaturada. Portanto, acho que essa discussão tem que ser feita com muito mais profundidade, com muito mais seriedade do que o que estão fazendo efetivamente. V.Exa. está de parabéns por levantar esse assunto aqui.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Agradeço o aparte do Deputado Chico Vigilante e quero afirmar a S.Exa., como Líder do PT, que o Governador Agnelo, e eu sei que o Poder Público quando quer resolver, e tem determinação de fazer, tem estrutura para enfrentar... Há 2 projetos que, se o Governador Agnelo fizer, durante o período eleitoral poderá ficar em casa deitado em uma rede, não precisará nem fazer campanha. O primeiro deles é a legalização desses condomínios, pois são seiscentas mil pessoas que neles moram; o segundo, a entrega da escritura dos lotes existentes hoje, já cobrado o IPTU, devidamente escriturado, em cidades como Paranoá, Itapoã, São Sebastião, Santa Maria, Planaltina, e tantas outras.

O Governador Agnelo poderia constituir uma comissão de juristas, de urbanistas, de pessoas especializadas e dizer-lhe: "Olhe, o grande objetivo do meu Governo, nesses 3 anos, é entregar as escrituras desses condomínios e dessas cidades que hoje estão na ilegalidade". São ilegais apenas para receber as escrituras; para pagar os impostos, o IPTU, são legais. Agora, na hora de fazer um financiamento na Caixa Econômica ou em qualquer banco oficial são ilegais. No entanto, para pagar os impostos, o IPTU, é legal.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Agaciel Maia, V.Exa. traz um dos assuntos mais desafiadores, para não dizer um dos mais difíceis, enfrentado pelo Distrito Federal. Eu cumprimento V.Exa. por se debruçar sobre esse assunto. Eu tenho trabalhado muito com essas áreas, e não vou dizer que são condomínios porque são loteamentos absolutamente irregulares. Hoje mesmo tivemos no Ibram uma audiência com as lideranças da Vila Cauhy. No sábado passado fizemos uma audiência no Setor Habitacional Águas Quentes. Temos feito um percurso enorme, fomos ao Engenho das Lajes. Esse debate é da maior importância. Agora, esse é formado por uma população pobre mesmo que foi morar lá por falta de alternativa, por não ter sido contemplada nos programas de assentamento. Existem aqueles condomínios que estão absolutamente estruturados.

Peço a atenção do Deputado Cláudio Abrantes porque S.Exa. é o nosso Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários, e a matéria passa por essa comissão. Também achei muito bom o Deputado Rôney Nemer chegar agora, até porque S.Exa. é arquiteto, urbanista e sabe da complexidade, da dificuldade desse assunto. O Presidente da Câmara, recentemente em uma entrevista, apontou até mesmo para a possibilidade de se fazer um convênio e contratar consultores para discutir o PDOT.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		489 NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26	10	2011	15h48min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

Sr. Presidente, este é um debate que a Câmara, eventualmente, terá de fazer. Teremos de assumir atitudes propositivas, a fim de ajudar o Governo do Distrito Federal. Por isso, considero da maior importância a iniciativa de V.Exa., não apenas a sua fala. Eu tenho me esforçado em dialogar com o Governo, mas sinto as dificuldades em priorizar esse debate. O Deputado Rôney Nemer, o Deputado Cláudio Abrantes, como nosso Presidente da Comissão; V.Exa., Deputado Agaciel Maia, eu, pois me coloco nessa perspectiva, todos nós deveríamos construir uma proposta e apresentá-la ao Governo, para que saíamos do debate dos condomínios com coisas muito objetivas e claras sobre as quais teremos de avançar.

Faço do discurso de V.Exa. a oportunidade para avançarmos nesse debate que considero da maior importância. Inclusive, se for necessário, teremos de contratar não apenas uma consultoria, mas também pessoas que operem na dinamização desse processo de regularização dos nossos condomínios. Muito obrigado.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Agradeço a V.Exa. O Governo, conforme falei no início, deveria compor um grupo para resolver esse problema. Sei que a Câmara Legislativa, não só o Deputado Rôney Nemer, mas todos os 24 Parlamentares, está de acordo com a legalização dos condomínios e com a entrega das escrituras na maioria das cidades que hoje está na ilegalidade, onde o comerciante não tem condição de bater na porta de um banco para levantar nem 10 mil reais para financiar seu comércio. O Governador Agnelo deveria fazer esse projeto em vez de dissipar energias como dissipa.

Hoje, Deputado Chico Leite, estou sabendo que existem condomínios fixados onde um sujeito já fez uma casa há dez, doze anos e, em decorrência do problema de chuva, vai pintar uma parede. Mas chega um fiscal e diz: "Não, você não pode pintar a parede dessa casa não." E o morador pergunta: "Por que eu não posso pintar? Eu já pintei quando construí. Agora estou precisando pintar e não posso fazer isso?". O fiscal responde: "Não, porque a sua casa é ilegal. Você não pode pintar".

Eu fico pensando, Deputado Cláudio Abrantes, se o Governo não poderia aproveitar essa energia que existe nesses órgãos de fiscalização para tirar o garoto, essa turma que está utilizando *crack* aqui na Torre de Televisão, na Rodoviária, a fim de fazer um tratamento ou criar um programa de menor aprendiz. Isso não seria muito mais inteligente do que ficar procurando uma casa dentro de tal condomínio que está sendo pintada? Depois de dez, doze anos da casa construída, o sujeito chega lá e diz: "Você é ilegal". Como ilegal? Na hora de apresentar o IPTU, eu tenho de apresentar. Eu tenho de pagar o IPTU ao Governo, senão vou para a dívida ativa. Aí, eu sou legal nessa hora; mas, na hora de pintar minha casa, eu sou ilegal!.

Deputado Chico Vigilante, eu só queria afirmar que, se o Governador Agnelo Queiroz, com a força que tem com o Governo Federal, com todos esses órgãos... Sabemos que esses órgãos, Ibama e os demais, têm um limite. O Governador Agnelo

490

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 26 10 2011	Horário Início 15h48min	Sessão/Reunião 98ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 9

poderia fazer a legalização desses condomínios e entregar as escrituras dessas casas, seja de São Sebastião, seja de Planaltina, seja do Paranoá. Associado a isso, S.Exa. poderia pegar 120 mil garotos de catorze a dezoito anos — lemos nos jornais que abrimos todos os dias que a maioria dos crimes, dos problemas de segurança de Brasília se dá nessa área — para aprenderem uma profissão. O Governador poderia chamar essas concessionárias de automóveis, chamar até os donos de estacionamentos pagos que tiram 40 milhões por ano do bolso dos contribuintes e dizer: "A partir de agora, vamos fazer uma parceria. Cada um de vocês terá de admitir, no mínimo, de acordo com a quantidade de empregados, cinquenta, cem garotos desses para que, no horário inverso ao que estudam, aprendam uma profissão".

Concessionárias de automóveis em Brasília estão faturando tubos de dinheiro! Será que elas não podem, dentro daqueles vidros bonitos, ensinar um jovem carente a ser mecânico, pintor, eletricista? Quantos mil eletricistas a nossa CEB pode treinar todo ano? Todo dia alguém está puxando um fio para algum lugar, colocando luz em algum lugar. Sabemos que há uma grande carência nessa área.

Portanto, quero afirmar que, se o Governador Agnelo Queiroz se empenhasse em legalizar os condomínios, entregar as escrituras nas cidades que já existem e adotasse esse programa para tirar 120 mil jovens das ruas, estabelecendo o critério do menor aprendiz para que esse jovem tivesse uma remuneração de 500 reais por mês para ajudar sua família - quando completassem 18 anos todos eles seriam profissionais porque estariam há 4 anos aprendendo uma profissão -, S.Exa. poderia ir para casa. Em 2014, poderia se deitar e só sair de casa para assistir ao jogo da seleção, já estaria eleito. Mas há necessidade de punho forte, e sei que a Câmara Legislativa, os 24 Deputados, apoia esse projeto, porque sei que o Poder Público, quando quer fazer, faz.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PPS. Sem revisão do orador.) – Deputado Agaciel Maia, quero parabenizá-lo pela lucidez com que V.Exa. discute esses temas. Naturalmente o programa menor aprendiz é um programa extremamente importante, e conta com nosso apoio. Mas, em meu aparte, quero me deter especificamente à questão fundiária da regularização de condomínios e, aí, avançar um pouco, Deputado Agaciel Maia, porque o que temos visto nesse debruçar, nesse aprofundamento na questão fundiária de regularização, no Distrito Federal, é que ela não é restrita aos condomínios. O que vemos é que há cidades com 20, 30, 50, 150 anos, como é o caso de Planaltina, sem uma política de regularização. Na área mais antiga da cidade de Planaltina, por exemplo, o setor tradicional de Planaltina – o Deputado Chico Leite também nos acompanha nesse trabalho, nesse debate –, 90%

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 26 10 2011	Horário Início 15h48min	Sessão/Reunião 98ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 10

das residências não têm escritura pública por uma série de questões, desde registro cartorial até domínio mesmo.

Acredito que esta é uma questão muito problemática, porque acabam ocorrendo erros, como na questão da cobrança do IPTU, muito bem salientada por V.Exa.: é legal para se poder ter o fato gerador ali e, naturalmente, ter-se que pagar o imposto, mas está ilegal para se fazer uma obra, para se alterar. Inclusive, existem até taxas para execução de obras em condomínios que permanecem por anos, mesmo depois de concluída a obra.

Uma série de questões precisa ser ajustada. Falta vontade política, sim. Houve falta de vontade política. Acredito que este Governo reverterá essa situação. Temos sinalização nesse sentido. É preciso, principalmente, Deputado Agaciel Maia, na minha opinião, fortalecermos aqueles órgãos que têm a incumbência de regularização. O Deputado Wasny de Roure citou, há pouco, uma reunião no Ibram, que, hoje, tem um geólogo. O Ibram, hoje, tem 150 pessoas para fazer todo o trabalho de licenciamento, licença prévia, licença de instalação, uma série de instrumentos ambientais, um número reduzidíssimo de servidores. E, se pensarmos nos servidores de carreira, menos ainda.

É necessário que fortaleçamos esses órgãos, dando a eles toda condição para que também possamos cobrar a efetividade do serviço que tem de ser prestado. E, aí, não vamos falar somente do Ibram. A própria Secretaria trabalha com um efetivo reduzido. É óbvio que isso não é resposta para quem está lá na ponta, a população que está necessitando disso. Nós, que estamos no Parlamento, precisamos ajudar na criação dessas políticas públicas para fortalecimento do serviço público, especificamente dessas áreas. Assim, teremos possibilidade de cobrar, porque é difícil cobrar, de um técnico, um parecer ambiental, quando ele tem mais de três mil processos para dar parecer. Não se seguirá a regra republicana, será seguida a regra do pedido, a de ter que ir lá, a de ter um padrinho, enquanto sei que eu, V.Exa., este Parlamento queremos, sim, uma regra republicana, na qual sejam adotados os procedimentos que devem ser adotados.

Essa é uma questão em que também temos nos aprofundado na Comissão de Assuntos Fundiários, na companhia de todos os nossos pares lá. Esperamos que, nessa relação, com a sua contribuição e a de todos os Deputados, consigamos, junto ao Governo do Distrito Federal, ações incisivas de fortalecimento desses órgãos, para que a prestação do serviço, que, no caso, é o sonho da maioria esmagadora dos habitantes do Distrito Federal, a escritura na mão... porque, se os condomínios representam cerca de um terço da população, com essas inúmeras situações difíceis dentro da cidade, isso com certeza passa dos 50% e, portanto, é a maioria. Então, a maioria da população do Distrito Federal anseia por essas escrituras.

492

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
		3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA		
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO		SETOR DE TAQUIGRAFIA		
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
26 10 2011	15h48min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	11	

Parabenizo-o por esse discurso e estou ao seu lado, seja na Comissão de Assuntos Fundiários, na Comissão de Economia Orçamento e Finanças. Somos companheiros lá e aqui no plenário, na luta por esta regularização.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Agradeço a V.Exa. o aparte. O que é paradoxal e o que nos deixa perplexos é o seguinte: o sujeito que é comerciante na avenida do Paranoá — só há uma avenida comercial no Paranoá — paga o IPTU. Aí, o fiscal da receita vem e o tributa no ICMS. Ele tem que pagar todos os encargos trabalhistas, ou seja, está ali para todos os efeitos. Para pagar todos os impostos, ele é legal, contudo, na hora de lhe darem a escritura — ele está ali há trinta anos —, é ilegal. Se ele vai à Caixa Econômica ou ao Banco do Brasil para fazer um empréstimo e apresenta o seu comércio como garantia, dizem: “Não, não vale, não. Você não vale, porque é ilegal.”

Vossa Excelência tem razão. O Governo tem muitos órgãos superestruturados e tem outros praticamente deficientes. Se temos estrutura de Governo, Deputado Dr. Michel, para descobrir que alguém, dentro de um condomínio não sei onde, está pintando uma parede e não poderia estar porque a casa é considerada ilegal apenas para efeito de pintar a parede, mas não para efeito de pagar os impostos, isso significa que este Governo precisa ter um equilíbrio. Se está faltando gente em determinados órgãos para dar celeridade à legalização, é preciso, então, que se estabeleça um equilíbrio.

Vi, Deputado Joe Valle, com a Constituição de 1988, quatro territórios brasileiros virarem estados. Pense na bagunça de funcionários, de questões fundiárias! Todo tipo de bagunça que se imaginasse, esses territórios tinham. Isso, em 1988. O Governo Federal, com apoio político, com a estrutura que foi criada, dos senadores criados nesses estados, decidiu e colocou tudo em ordem. Não existem mais questões fundiárias e questões ilegais no Amapá e nos outros territórios. Inclusive na área rural — Brasília precisa de incentivo e legalização nessa área — todo mundo recebeu seus títulos de propriedade. Por quê? Porque houve a decisão política do Governo de fazer.

O Governador Agnelo está com a faca e o queijo na mão, ele tem condições, tem o Governo Federal a favor. Ele precisa apenas pegar a estrutura que está debaixo dele e dizer: “Vamos fazer. Vou substituir o secretário, o diretor, quem quer que seja no órgão que fizer corpo mole.” Se ele fizer isso, vamos conseguir tirar Brasília dessa situação que encontramos. Já assistimos a isso.

Será que, quando chegar 2014, vamos nós, políticos, pedir votos aos condomínios, dizendo: “Vote em mim! Se você votar, vou legalizar.” Acho que ninguém vai mais acreditar.

Faço esse apelo aqui, hoje, exatamente nesse aspecto. Temos tudo, o Governo está com tudo na mão para fazer essa legalização, precisa apenas de boa vontade.

493

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
		3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
26 10 2011	15h48min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA		12

DEPUTADO JOE VALLE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO JOE VALLE (PSB. Sem revisão do orador.) – Deputado Agaciel Maia, parabeno-o por buscar resolver esse tema, que é premente na nossa Capital. Não temos como – concordo plenamente com V.Exa. – continuar dessa forma. Claramente, a forma de resolver a questão é esta que V.Exa. apontou: focarmo-nos nesse processo e dar prioridade a ele. Será histórico este Governo, o Governo da legalização, que vai legalizar todo esse processo.

Tínhamos alguns problemas jurídicos, especificamente na área rural. O Presidente Lula fez toda a base jurídica e sancionou uma lei que permitia a venda direta e a regularização de toda a área rural do Distrito Federal. Logicamente, isso rebate internamente no Distrito Federal. Conversando com o Governador Agnelo, vi que há vontade da parte dele. Com 75 dias de Governo, ele colocou para a Terracap essa prioridade.

Agora, entendendo que a democracia nos remete às contradições do processo, temos que fazer isso andar. Efetivamente, temos que fazer isso andar.

Quero parabenizá-lo e lhe dizer que, na hora em que V.Exa. quiser, serei seu soldado nessa luta e nessa guerra. Gostaríamos de participar, com V.Exa., de todas as reuniões, para lhe dar força, para estarmos juntos, porque isso é uma coisa de que Brasília precisa.

A Câmara Legislativa poderia fazer isso, Deputado Agaciel Maia, por intermédio do nosso companheiro da Comissão de Assuntos Fundiários, para que possamos fazer como as comissões fazem. Sei que nossos companheiros estão indo às cidades, estão nessa peregrinação em todas as secretarias e na Terracap, para que possamos garantir que esse processo ande, porque é vontade do nosso Governador que isso aconteça.

Precisamos, então, fazer essa força. Estou com V.Exa. na hora em que o senhor precisar. Muito obrigado.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Eu sei que o interesse do Governador Agnelo é fundamental. E eu acho que a Câmara está apoiando isso. Agora, é preciso empenho porque se o Ministério Público entra com uma ação contra a legalização do condomínio a, b ou c, o Governador ou alguém que o represente tem que ir à Presidência do Tribunal de Justiça, com quem quer que seja, e dizer: nisso aqui, todos os estudos estão prontos, portanto, queremos derrubar essa tese da proibição.

Então, isso é vontade política, é a determinação de superar os obstáculos que vão aparecendo na frente de cada um dos passos. Ou se centraliza ou se coloca como prioridade...

DEPUTADO DR. MICHEL – Permite-me V.Exa. um aparte?

494

	CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
	Data	Horário Início	Sessão/Reunião
26 10 2011	15h48min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 13

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO DR. MICHEL (PSL. Sem revisão do orador.) – Deputado Agaciel Maia, eu queria dizer para V.Exa. que o fato é tão complexo quando vemos a dificuldade que eles colocam, para nós é tão simples. Porque o mais difícil de tudo já aconteceu, que foi o caboclo construir a sua casa. Então, eu não consigo ver onde está esse imbróglio. O indivíduo vem discutir questão fundiária, o indivíduo vem discutir questão ambiental.

Veja o senhor o paradoxo que é a situação da Vila Basevi, ao lado do Lago Oeste, na DF-001. A Basevi está encravada dentro de uma Arebio, mas lá vivem aproximadamente quatro a cinco mil pessoas, que já têm as suas casas erguidas, que já têm toda uma vida de 25 anos naquele lugar. Quando ali se formou uma vila nem se imaginava em tornar aquela área uma Arebio, mas ela se tornou uma Arebio. O que o governo vai fazer com aquele povo? Vai tirá-lo de lá? Pouco provável. Não vai tirá-los de lá porque hoje não há onde colocar cinco mil pessoas de uma hora para outra. E todas aquelas pessoas estão enraizadas e vivendo naquele local. Mas o pessoal vive em situação subumana, porque nenhum tipo de benfeitoria pode ser realizada dentro da estrutura porque ela está encravada dentro de uma Arebio, ou seja, será que o mal que a poeira traz para a população não é muito maior do que o mal que se faria em bloquetar ou até mesmo colocar infraestrutura na Basevi, para a própria Arebio? Nós estamos brigando pelo meio ambiente em detrimento do ser humano.

Eu acho que nós temos que fazer uma convivência. Isso eu falo em todos os níveis. Nós estamos invertendo os valores. Veja o senhor o que acontece no Distrito Federal e eu não vou dizer no Brasil como um todo. Nós olhamos nesse rumo e vemos um prédio suntuoso da Câmara Legislativa. Você olha para lá e vê um prédio suntuoso do Ministério Público. O senhor sabe para quê? Para mexer com papel! E o senhor vai ao Hospital de Base e o senhor vê as instalações caíndo, apodrecendo. Para mexer com gente! Isso não é culpa do Governador. Eu não estou colocando a culpa no governo, eu estou falando da inversão de valores. O senhor hoje entra naquele prédio do Ministério Público Federal, que inclusive queriam embargá-lo porque estava na rota migratória de aves... Para mexer com papel! E o senhor entra no Hospital de Base, no Hospital de Taguatinga, no Hospital de Sobradinho, nos hospitais do Distrito Federal, eu não vou nem chegar fora do Distrito Federal. São verdadeiras ruínas para salvar vidas ou mexer com vidas. Então, eu acho que nós estamos fazendo aqui uma inversão de valores. E isso está acontecendo também na questão dos condomínios. E V.Exa. vem lutando com muita eficiência com relação a essa questão. Foi realizada uma audiência maravilhosa e nós vimos aqui pessoas que só têm aquele local para morar e não sabem o que irá acontecer com elas, porque já faz mais ou menos vinte, trinta anos que essas pessoas vivem desse jeito.

Deputado Professor Israel, que é professor de história; Deputada Rejane Pitanga, que é professora de química, o português tem verbo: presente, passado e

495

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página	
26 10 2011	15h48min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA		14	

futuro. E eu acho que o eleitor tem que usar o verbo na hora de votar. Porque o senhor tocou em um ponto chave. Em todas as eleições, eles usam o verbo no futuro: "Se votar em mim ou quando eu ganhar, eu vou regularizar." E eu volto a dizer aquilo que eu disse aquele dia aqui: nós temos que mudar pelo menos a cabeça do eleitor. Se nós não conseguirmos mudar a cabeça dos governantes no que tange à regularização, Deputado Agaciel Maia, nós vamos mudar pelo menos a cabeça do eleitor, porque nós temos compromisso com ele. Nós não vamos mais votar em quem vai regularizar, nós vamos votar em quem regularizou. Vamos colocar o verbo, agora, no passado, porque ninguém aguenta mais isso!

E estou dizendo a V.Exa. porque eu moro em condomínio e estou em uma área onde a maioria é de condomínios, e estamos vivendo assustados! E o pior: nós vivemos uma insegurança tanto jurídica quanto criminal. Hoje o Estado luta para ter segurança, e estão querendo regularizar os condomínios fechados como se fossem loteamentos, para abrir os condomínios! Ah, brincadeira uma coisa como essa! Ou seja, estão querendo, agora, não é nem cobrir um santo para descobrir outro, não! Querem descobrir geral! Porque quando resolvemos ir para um condomínio desses, principalmente os fechados, é pela procura de maior segurança. E esses condomínios têm essa determinada segurança, não como deveria ser, mas um pouco maior do que se fossem abertos. E, agora, alguns sabidos dizem que deve haver regularização, mas como loteamento. Nesse caso, todos os muros deverão ser retirados. Isso não é coisa do Executivo, não! Isso é coisa do quarto poder, porque só aqui no Brasil – onde somos baseados no tripartidarismo, que é o Executivo, Legislativo e Judiciário – temos um quarto poder criado na Constituição de 88, um monstro, um dragão, que está pensando que é mais do que todo mundo, conforme o próprio Deputado Chico Vigilante falou! Pega um menino, sem experiência de vida, coloca para estudar Direito, e o Direito é cego. O menino estuda, vira promotor e fica cego! E não vê as necessidades da sociedade.

V.Exa. pode contar comigo nessa luta, estou com V.Exa., para que possamos conseguir a regularização. V.Exa. foi muito feliz quando disse que quem regularizar... Se o Governo Agnelo, que apoiamos e com o qual estamos juntos para o que der e vier, V.Exa. sabe disso, tiver a sensibilidade – e aí não estou dizendo o Governador, estou dizendo o governo como um todo, porque o Governador descentraliza –, ele vai regularizar os condomínios e o Governador pode ficar em casa, não precisa nem fazer campanha, não, porque vai ser um novo estadista do Distrito Federal e vai ficar marcada a passagem dele nesta cidade. Se pegarmos os condomínios e o pessoal que não tem escritura, passa de um milhão de pessoas vivendo "na ilegalidade", mas são cobrados IPTU, taxa de iluminação, taxa de limpeza. Tudo que é imposto eles pagam, mas não têm a sua cidadania, que é a sua escritura, que é o seu registro. E veja V.Exa., eu estou dizendo isso porque acabei de ter um bebê. Cidadania é registro, a primeira coisa que fazemos é registrar o filho. E a primeira coisa que a gente quer quando temos a casa é a escritura, é o papel. E não se tem isso aqui no Distrito Federal.

496

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
		3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA		
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO		SETOR DE TAQUIGRAFIA		
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
26 10 2011	15h48min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	15	

Eu quero, mais uma vez, parabenizar e me solidarizar com V.Exa., porque sei que V.Exa. é um homem que não tem ciúme de outro Deputado estar junto na luta. Como diz o Deputado Rôney Nemer, e vou plagiá-lo: "A gente tem ciúme de quem a gente beija na boca", e V.Exa. é uma pessoa que sempre divide o pão com os amigos, e eu não quero dividir voto de V.Exa. nesse aspecto, eu quero é ver a regularização. V.Exa. pode ter certeza disso. Como diz o Deputado Aylton Gomes, estarei ombreado e alinhado com V.Exa. para podermos, nessa luta, conseguir fazer a regularização.

V.Exa. também tocou em outro ponto, que é o da área rural. Nós precisamos marcar posição, meu Líder. E eu acredito que a gente marque a posição com a descentralização. Fiz uma indicação nesta Casa, e espero que o governo veja isso, para que nós façamos a primeira região administrativa rural do Distrito Federal. Para que isso? Porque, muitas vezes, o homem que está administrando a área urbana não tem a mesma sensibilidade daquele que está na área rural. E V.Exa. sabe disso, porque V.Exa. tem grande influência nas áreas rurais, bem como o Deputado Joe Valle tem também, principalmente em São Sebastião, Planaltina e Paranoá. Hoje vemos aquela área que é imensa e rural. De quem é? É São Sebastião? É Paranoá? É Planaltina? Se nós tivéssemos a primeira, para iniciar, porque tudo passa por teste, por projeto, e passa como se fosse uma vacina. E V.Exa. sabe disso. Uma vacina demora dez anos para chegar ao ponto de ser distribuída, de tantos testes que são feitos. Por que não tentarmos fazer uma descentralização administrativa criando a primeira administração rural do Distrito Federal na área do PAD/DF? Para servir de teste, para ver se realmente dá certo. Porque a partir deste momento começamos a ver que o Governo está indo no novo caminho, e esse é o caminho que queremos. O pessoal fala que a saúde está ruim, mas está melhorando. Veja que está indo, contratando pessoas – sei que esse aparte está virando discurso, mas é porque vou sair daqui a pouco e eu não poderia deixar de me solidarizar com o meu amigo, Deputado Agaciel Maia, e com V.Exa. também, que está sempre andando.

E digo para V.Exa., sábado andei no condomínio Porto Rico, em Santa Maria. Aquilo é brincadeira. As pessoas estão iguais a porcos ali dentro. Nós temos que tomar uma providência. Estive em outro condomínio no Gama, o Condomínio Paraíso. Nós, como Parlamentares, que fomos eleitos para isso, temos que andar, e andar com um objetivo: cuidar desse povo, porque está ruim!

Eu quero agradecer V.Exa. por este aparte, que acabou não sendo um aparte, acabou sendo um discurso, mas é porque me empolgo quando vejo a proficiência e a magnitude do seu discurso. E não posso deixar de fazer uma intervenção, não para ajudá-lo, mas para marcar posição junto com V.Exa. no que tange estarmos juntos. Pode ter certeza disso. Muito obrigado.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
		3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA		
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO		SETOR DE TAQUIGRAFIA		
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
26 10 2011	15h48min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	16	

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Agaciel Maia, com toda a consideração que tenho por V.Exa., em função do avançar do horário, de termos chegado a um número razoável de Parlamentares e termos ainda uma pauta, eu gostaria que pudéssemos ir às conclusões. Depois retomariamos esse debate, que é bastante desafiador – e quero estar nele, não abro mão disso. Eu pediria a compreensão dos nossos colegas para que pudéssemos entrar na pauta de votação.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Eu concordo com V.Exa., eu apenas gostaria, por questão de diplomacia, de atender o Deputado Chico Leite e a Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Sem revisão da oradora.) – Para encurtar, atendendo ao pedido do Líder do Governo, só vou dizer que me somo, nessa causa, a V.Exa., ao Deputado Dr. Michel.

E faço um registro: a Liderança do PSD ainda não teve a fala, e antes da votação gostaríamos de falar.

Muito obrigada.

DEPUTADO CHICO LEITE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu, na verdade, acho que esse tema, permita-me, comportaria uma grande discussão, um grande debate. Eu venho fazendo esse debate há tantos anos, colocando a minha cara, colocando as minhas posições, como sempre fiz. As vaias e os aplausos passam, o que não passa é o princípio, isso que é fundamental. Em outra ocasião, não sei se em uma audiência pública, em um seminário, não sei como abordaríamos isso, já que o tema...

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Dia 1º de dezembro haverá uma audiência pública.

DEPUTADO CHICO LEITE – ... já que o tema é dos mais importantes para o Distrito Federal pelo menos enfrentá-lo.

Agora, eu preciso fazer uma observação a V.Exa. e ao Presidente, Deputado Dr. Michel, de que o Ministério Público, quando atua em defesa da sociedade, em defesa de direitos transindividuais e difusos, atua por absoluta obrigação. E atua como substituto processual, inclusive, não atua em defesa desse ou daquele interesse individualizado. Esse é o grande debate que precisa ser feito.

498

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 26 10 2011	Horário Início 15h48min	Sessão/Reunião 98ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 17

O problema é que aqui, independentemente daqueles que foram vítimas, que compraram sem saber – não me refiro à boa-fé propriamente jurídica – o problema que estavam adquirindo, somado a maus governantes, aqueles que ganharam dinheiro ou voto com isso... E nisso a nossa ocupação de terra diferenciase da do Rio de Janeiro, de São Paulo, dos grandes centros. O que houve foi uma quadrilha a enganar o Distrito Federal. E quem a enfrentou? Foi o Ministério Público, e precisa continuar a enfrentar.

Eu queria pedir desculpas aos colegas, mas preciso dizer que esses que nós chamamos de jovens – e que aqui e ali abusam, e para isso há o Conselho Nacional do Ministério Público, para que se entre, para que se discuta, para que se processe, e deve haver, porque não pode haver, em um Estado de Direito, ninguém que não esteja submetido a controle, é preciso estar submetido a controle – foram os grandes guardiões, aqueles que puderam levantar a sua espada e puderam enfrentar esses interesses tão poderosos. Eu acho que, ao invés de nos colocarmos contra esse ou aquele abuso que houve, mas que não é sequer comparável ao que trouxe de benesses... Quantos bandidos ricos nós víamos na cadeia antes dessa atuação do Ministério Público? Antes, o que víamos eram bandidos ricos sendo paraninfos de formatura, porque pagavam festas; eram bandidos ricos em coluna social. Não víamos bandidos ricos algemados, na cadeia. E é pela atuação desses jovens que temos visto isso. Então, ao invés disso, o que precisamos fazer é processar e colocar na cadeia os grileiros de terra; processar e colocar na cadeia os maus políticos que se juntaram a eles. Esses é que são, sinceramente, os grandes óbices à legalização do Distrito Federal.

Eu queria poder fazer esse debate nesse dia, Deputado Agaciel Maia, unindo-me à luta de V.Exa., à luta do Presidente, Deputado Dr. Michel.

Muito obrigado.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Agradeço o aparte do Deputado Chico Leite.

Deputado Chico Leite, em nenhum momento aqui nos colocamos contrários à ação do Ministério Público. É lógico que o Ministério Público tem uma posição. O que nós defendemos é que o governo, assim como o delegado, o Ministério Público, o juiz, defenda do jeito que ele defende a tributação. Sabemos que foram esses condomínios que preservaram o Plano Piloto e evitaram que esta cidade fosse favelada como as demais são. Que este governo, quando questionado – eu acho que o papel do Ministério Público é este, questionar, discutir, fazer acusação –, vá lá e defenda os seus interesses. O que assistimos é que o governo defende a cobrança dos tributos, mas na hora de defender a legalização ele se esconde. Em nenhum momento queremos subtrair a importância que tem o Ministério Público, mas precisamos que o governo tenha metas. Eu acho que nenhum governo pode ser construído sem se estabelecerem metas. Então, acho que todos os secretários, seja da área de habitação, seja do Ibama, seja de assuntos fundiários, têm que ter uma

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início		
26 10 2011		15h48min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA		18

meta para apresentar ao governador. E o que vemos é que está faltando isso. Ou você é eficiente e apresenta um resultado, ou você é substituído. Isso acontece em todos os cargos. E eu disse que, se o Governador Agnelo fizer, tiver pulso forte para fazer a legalização dessas cidades, a regularização dos condomínios, e tirar 120 mil garotos que estão na vitrine para o tráfico e para a marginalidade, ele pode se deitar em uma rede e sair de casa somente para assistir aos jogos da Copa do Mundo. Mas ele precisa estabelecer para cada secretário, Presidente, Deputado Dr. Michel, metas. Não pode o sujeito ficar enrolando, dizendo que vai fazer isso e aquilo, e passar seis meses, um ano, sem apresentar resultado nenhum. Acho que a produtividade de cada secretário de estado teria de ser discutida e apresentada para o governador. Porque, se você é gerente de uma empresa, você cobra dos seus chefes de unidade uma produtividade, e o governo não é diferente.

Então, o que estamos querendo é apenas isso. Queremos o pulso forte e o empenho do governador para que possa fazer a legalização dos condomínios e as respectivas entregas, não somente das escrituras dos condomínios, mas também dessas cidades que estão todas na ilegalidade. E ilegalidade, digo: apenas para receber a escritura, porque para pagar os impostos são legais.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Deputado Agaciel Maia, V.Exa. tem toda razão.

Deputado Chico Leite, como V.Exa. citou o meu nome quero dizer a V.Exa. que em momento algum fui contra o Ministério Público. Eu sou contra esses jovens que entram sem experiência e veem o fato consumado. E V.Exa. sabe que há uma tendência muito grande do fato consumado. O mal que hoje traz, a forma como estão hoje os condomínios, é muito maior se formos retirar essas casas do que legalizá-las.

O que eu queria neste momento era plagiar a música do Jorge Ben Jor: "Caldo de galinha, dinheiro no bolso e bom senso não faz mal a ninguém". (*sic*) É por isso que falei dos jovens. Tenho certeza de que, se V.Exa., com a experiência que tem, com a magnitude do conhecimento jurídico que tem, estivesse à frente de uma situação como essa, como defensor dos oprimidos e como defensor dos menos (*sic*), V.Exa. já teria proposto um acordo para que nós conseguíssemos fazer isso. O que eu quis dizer é que os meninos entram – isso estou dizendo porque estou preparando um jovem para ser do Ministério Público também – com a teoria. E V.Exa. sabe: o Direito é cego, a balança é equilibrada. Muitas vezes a gente vai aprender quando está no ápice, igual a mim: eu vim aprender a ser delegado e estou aposentado. Isso é o jogo, quando a gente aprende, está igual a V.Exa., está fora.

Então, se nós pegarmos hoje um promotor que já é um procurador e o colocarmos na função de protetor do Estado, mas protetor do cidadão, eu garanto a

500

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 26 10 2011	Horário Início 15h48min	Sessão/Reunião 98ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 19

V.Exa. que nós conseguiremos, junto com o Ministério Público, que é essencial para a manutenção da Justiça, assim como advogado, assim como juiz, regularizar.

Portanto, o meu embate com o Ministério Público é com os jovens que não têm, – desculpem-me, não são todos, mas alguns não têm – o “bom senso”. Muitas vezes querem fazer a lei seca, e a lei seca é dolorosa, porque, muitas vezes, quem tem de aplicar a lei não teve o direito de ser consultado para fazê-la, aí nós ficamos presos somente na lei, e tem de entrar o bom senso, tem de entrar a vida e a vivência do indivíduo para poder fazer o giro, para dar uma volta sobre a lei e regularizar aquela situação. Isso passa até pelo criminal. V.Exa., Deputado Chico Leite, foi um promotor proficiente e muitas vezes V.Exa. mesmo teve de burlar a lei para não fazer a injustiça, pois muitas vezes a lei não é justa, porque quem fez a lei não é justo.

Então, eu quero parabenizar V.Exa. pela defesa, mas só quero dizer a V.Exa. que o meu embate é com a falta de bom senso para ajudar aqueles menos aquinhoados. Quero parabenizar V.Exa., sou fã do seu conhecimento jurídico, pode ter certeza disso.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de registrar a presença da Presidenta da Codeplan, Dra. Ivelise, em função da pauta prevista para hoje à tarde, bem como a do Diretor do Detran, o Bezerra, que também está conosco.

Solicito a V.Exa. a inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 484, de 2011; do Projeto de Lei nº 513, de 2011; do Projeto de Lei Complementar nº 18, de 2011; e do Projeto de Lei Complementar nº 20, de 2011.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Pergunto a V.Exa. se há acordo. Está com a tramitação concluída?

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, o entendimento que nós tivemos no dia de ontem é que esses quatro projetos entrariam hoje com os Deputados indagando sobre as suas emendas aqui em plenário. Tanto é verdade que nós convidamos a Presidenta da Codeplan, como também o Diretor do Detran; não os convidaríamos se não tivéssemos entendimento de que as matérias entrariam hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Eu só estou perguntando porque é meu dever perguntar, V.Exa. pode ter certeza de que, se houver entendimento, nós acataremos, se tiver tramitado, também. E, se não tiver, devido ao convite que V.Exa. fez, se houver acordo, faremos a tramitação no próprio plenário.

50/

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
		3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA		
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO		SETOR DE TAQUIGRAFIA		
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
26 10 2011	15h48min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	20	

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, agradeço o seu posicionamento. Ainda não existe acordo, há algumas dúvidas que têm de ser discutidas, sanadas. Foram mencionados quatro projetos. Eu vou verificar neste instante junto ao Líder Deputado Wasny de Roure para que nós possamos nos manifestar pelo PSD.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Tenho certeza de que, pelo bom senso que V.Exa. tem, o acordo será feito. Não há problema algum. Estamos aguardando o acordo para acatarmos a solicitação do Deputado Wasny de Roure.

Continuam os Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa, pela liderança do Bloco do PSD.

V.Exa. quer fazer uso da palavra, Deputada Eliana Pedrosa?

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, falará pela liderança do PSD a Deputada Liliane Roriz.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (Bloco Avanço Democrático. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu quero primeiramente saudar a ex-Deputada, ex-Vice-Governadora e Presidente da Codeplan, minha amiga, Ivelise Longhi; o Sr. Presidente, os Srs. Deputados, os Srs. jornalistas.

Depois de analisar bastante o convite feito pelo Presidente Regional do Partido Social Democrático, o ex-governador Rogério Rosso, decidi aceitar, no último domingo, o desafio de compor a nova legenda aqui no Distrito Federal.

Como todos sabem, tenho uma ligação afetiva de muitos anos com o ex-governador Rogério Rosso. Somos amigos há mais de 20 anos e tive o merecimento de ser madrinha do único filho homem dele, o caçula, que eu tanto amo. Por esse elo, desde a época da fundação do partido, fui procurada por ele e por outros nomes graúdos da legenda, como a Senadora Kátia Abreu, para que analisasse a proposta de ingressar no PSD.

Confesso que na época fiquei bastante balançada para integrar em Brasília o partido criado pelo prefeito Gilberto Kassab, político que sempre admirei pela trajetória, pela seriedade, pelo respeito que ele conseguiu conquistar na cidade de São Paulo, graças ao trabalho e compromisso de honrar o que prometeu. Foi quando eu me decidi a participar desse novo projeto e da fundação do partido. O único,

502

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início		
26	10	2011	15h48min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

porém, que me fez demorar tanto a tomar essa decisão, era que eu tivesse a certeza do posicionamento do partido com relação ao Governador Agnelo Queiroz.

Todos sabem que sou como o Jornal de Brasília bem colocou em sua matéria de ontem: geneticamente opositora a este governo do PT. Faço parte dos 80% da população do DF que não aprovam o jeito Agnelo Queiroz de governar. Justamente por essa morosidade em administrar nossas cidades tão abandonadas, não poderia correr o risco de mudar de legenda e acabar caindo de paraquedas na base governista e depois ter de agir, conforme às vezes percebo, como colegas que discordam das medidas do Governo do Distrito Federal, mas não podem se pronunciar por serem da Base. Não apenas pelos meus eleitores, mas por meus princípios, não posso concordar com este governo que mal nasceu e já está praticamente fadado ao fracasso, infelizmente. Todos sabem que nunca torci para que a atual administração chegasse em tão pouco tempo a uma situação tão complicada, mas a falta de preparo e o discurso demagógico, acredito eu, foram os principais inimigos da atual gestão do Governador Agnelo.

Levei esta minha preocupação ao Presidente Rogério Rosso e ele me tranquilizou e garantiu que os integrantes do novo partido no DF seriam independentes e que a sigla respeitaria o posicionamento individual de seus parlamentares. Isso foi mais do que suficiente para me convencer a deixar o meu antigo partido, o PRTB. O PSD chega com o objetivo de eliminar essa tradicional polaridade entre esquerda e direita. Ele luta pelo que eu sempre defendi: os interesses da população acima de tudo. Mas eu não poderia concretizar esta mudança sem subir nesta tribuna para agradecer, primeiramente, ao PRTB, que me acolheu, garantiu-me legenda e confiou na minha capacidade. Liguei para representantes do partido para comunicar a minha mudança e fazer neste momento agradecimentos, antes de assinar a ficha de filiação ao PSD. Apesar de todas as dificuldades de um partido pequeno, podemos fazer um trabalho sério, defender questões de interesse da sociedade e ainda compartilhar vitórias, como foi o caso da sanção da lei de minha autoria que prevê o desconto definitivo do IPTU.

Também preciso agradecer ao presidente Regional do meu novo partido, PSD, Rogério Rosso, pela confiança de ter me convidado a ingressar no novo partido juntamente com as minhas colegas Deputada Celina Leão e Deputada Eliana Pedrosa e com o Deputado Washington Mesquita. Ainda há pouco estávamos reunidos no Senado Federal com tantas lideranças políticas que também ingressaram no novo partido.

Tenho certeza de que não foi apenas pela amizade que nutrimos, mas pelos 20 anos. Eu acredito também que, acompanhando meu trabalho nesta Casa, ele percebeu que estou aqui para mostrar o novo, o posicionamento coerente, com posturas independentes e completamente desapegadas às questões do passado.

503

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início		
26	10	2011	15h48min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

Graças a essa linha independente, hoje eu comemoro o ingresso no novo partido, o qual me dá oportunidade de ajudar a escrever uma nova história no Distrito Federal. Bandeira que sempre defendi nesta Casa.

Foi um encontro muito bonito, no qual me senti muito à vontade. Na ocasião, hoje à tarde, recebi um caloroso abraço do presidente do meu partido, Sr. Gilberto Kassab, que me disse: "Bem-vinda, Liliane, ao PSD."

Portanto, eu quero, neste momento, agradecer aos meus companheiros de Bloco e agora também de partido, como eu já disse e repito, Deputada Celina Leão, Deputada Eliana Pedrosa e Deputado Washington Mesquita – que está em viagem oficial –, que hoje é a segunda maior bancada desta Casa.

Hoje, todos estamos comemorando este dia, um início de uma nova história, uma política do Brasil e do Distrito Federal, com 55 deputados federais na Câmara dos Deputados; 2 senadores, 2 governadores, mais de 600 prefeitos, e também centenas de deputados estaduais e vereadores. A coincidência de 55 deputados foi uma grande surpresa, pois o número do partido também é 55.

Obrigada, meus colegas; obrigada, minha Líder, por me conceder este momento; obrigada a todos os Senhores; obrigada, Deputada Celina Leão, e a todos os jornalistas presentes.

Muito obrigada.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Sem revisão da oradora.) – Deputada Liliane Roriz, primeiramente, eu quero dizer a V.Exa. que é bem-vinda em nosso partido, até porque eu fui antes de V.Exa.

Foi uma felicidade para mim, para a Deputada Eliana Pedrosa e para o Deputado Washington Mesquita quando o nosso presidente, Rogério Rosso, comunicou na segunda-feira a vinda de V.Exa. para o nosso partido.

O PSD ganha muito com a vinda de V.Exa., uma mulher de que pude acompanhar a história. Sabemos que V.Exa. lutou muito para ser Parlamentar, enfrentou dificuldades, inclusive familiar, para estar hoje nesta tribuna. Sabemos disso.

Portanto, eu quero falar a V.Exa. que é bem-vinda. Eu acredito no PSD do Distrito Federal, porque ele tem cara, ele tem bons Parlamentares comprometidos com o projeto do Distrito Federal, que é o desenvolvimento, é a fiscalização, é realmente estarmos aqui com compromisso com a população. Sei da capacidade de V.Exa.

504

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início		
26	10	2011	15h48min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

Hoje, eu a Deputada Eliana Pedrosa estávamos com V.Exa. num evento nacional do PSD, que nos orgulha muito, porque hoje somos a terceira maior bancada do País. Foi um evento grande, bem representativo.

O PSD chega num momento de muita reflexão em nosso País, até porque, Deputada Liliane Roriz, a esquerda nunca esteve tão direita. Nós percebemos hoje que o idealismo se dilui em muitos acordos políticos. O que temos visto na política do nosso País, Deputada Liliane Roriz, é triste, pois, muitas vezes, as pessoas que se propuseram a fiscalizar esqueceram o que é isso. É muito triste, Deputada Liliane Roriz, porque o que antes era pecado para muitos Parlamentares, hoje é passível de aceitação e até de palmas.

Portanto, eu quero falar que o PSD tem cara, sim; tem independência, tem bons Parlamentares, e desenvolverá um bom trabalho. Fica mais forte ainda, com mais cara de desenvolvimento, com a vinda de V.Exa.

Seja muito bem-vinda.

Parabéns pela decisão.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Muito obrigada, Deputada Celina Leão.

Para concluir, Sr. Presidente, é um desabafo. Não é fácil carregar um sobrenome como o meu; vítima de insinuações e pré-julgamentos. Difícil é ter uma oportunidade, como a Deputada Celina Leão bem disse, dada por quase 22 mil eleitores, que tenho que representar nesta Casa. E posso garantir que estou honrando cada um desses milhares de votos.

Quero firmar meu compromisso neste dia tanto com meus eleitores quanto com meus colegas de partido e com minha família. E dizer que estaremos unidos, agora mais do que nunca, para cobrar seriedade deste Governo e uma maior atenção à população do Distrito Federal, que anda tão esquecida e tão desrespeitada. Vamos fazer jus a esta missão, partido novo no Distrito Federal, e lutar também pelo novo. Nisso eu acredito muito. E a nossa maior missão a partir de agora é estar à frente de um partido que já nasceu grande. E o Brasil há de, certamente, nas próximas eleições municipais, agradecer a esse novo partido e dar ao Presidente Gilberto Kassab o voto de confiança que ele merece.

Meu muito obrigada e meu boa-tarde.

DEPUTADO DR. CHARLES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria lembrar a todos que outubro é o mês mundial da luta contra o câncer de mama. Outubro rosa que, em muitos lugares do mundo, foi realmente usado, como na Torre de Pisa, na *Opera House*, no Arco do Triunfo, onde foi colocado tudo rosa para que as pessoas se lembrem do combate ao câncer de mama. Quero agradecer

565

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início		
26	10	2011	15h48min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

e parabenizar a Secretaria, que está colocando em alguns pontos do Distrito Federal esta cartilha que lembra como fazer o autoexame, que é de suma importância. Você pegar um câncer de mama no começo é uma coisa, pois há possibilidade de cura de quase 100%. Caso não seja feito, você pode perder essa paciente.

Então, devido a essa importância, quero lembrar a todos que devemos trabalhar firmemente para evitar que isso aconteça, dando palestras, fazendo o autoexame e tendo os exames necessários na Secretaria de Saúde para atender essas pessoas.

E também esta é a semana da saúde bucal. Quero lembrar que o câncer bucal é um dos mais invasivos que existem. Quero parabenizar os odontólogos pelo trabalho em favor dessas pessoas.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero saudar esses bravos moradores do Gama que estão na galeria, com faixas.

Eu conheço bastante o Gama e eles estão certos. As áreas verdes do Gama não são bicos. As áreas verdes do Gama devem ser preservadas. As áreas verdes do Gama são um patrimônio dos moradores do Gama que merece ser respeitado por todos. É fundamental, Deputado Dr. Michel, que seja respeitado por todos.

Portanto, os senhores e as senhoras que vieram aqui nesta tarde, de maneira silenciosa, de maneira respeitosa, têm toda razão. E no que depender de mim, Deputado Chico Vigilante, podem contar comigo pela preservação do direito de vocês de terem as áreas verdes e de morarem bem. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – As palavras de V.Exa. foram muito bem colocadas, Deputado Chico Vigilante.

Nós também queremos parabenizar os senhores. Podem ter certeza de que este novo Governo que ajudamos a construir não vai acreditar nem vai deixar acontecer nenhuma inconstitucionalidade. Podem ter certeza de que o Deputado Chico Vigilante, um lutador que tem acesso direto ao nosso Governador, deverá já sensibilizá-lo para que isso não aconteça no Governo.

Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA (Bloco da Renovação Democrática Popular. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos. Boa tarde, Sr. Presidente, nobres colegas, imprensa, queridos visitantes.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26	10	2011	15h48min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	
				25	

Hoje venho falar sobre esse grande evento que vai se realizar no Brasil com a participação toda especial da Capital da República, Brasília.

Quero dizer que o Presidente da Comissão da Copa do Mundo, Deputado Olair Francisco, não pôde estar presente nesta sessão porque está acompanhando ações relativas à Copa do Mundo, e incumbiu-me, nesta primeira sessão após a nossa visita a Zurique, de trazer as boas novas à Casa.

Primeiro, Brasília não sediará a abertura da Copa, mas isso não é necessariamente o fim do mundo, porque Brasília terá sete jogos, o mesmo tanto da cidade do Rio de Janeiro, sendo que o terceiro jogo é o jogo do Brasil. Sete jogos significam, por exemplo, que Brasília vai à pauta durante toda a Copa do Mundo. Isso é muito importante. Brasília também fará a abertura da Copa das Confederações, trazendo as atenções da imprensa e o turismo para cá um ano antes do início da Copa do Mundo. Por isso, eu fiquei muito feliz com os resultados de Zurique para Brasília.

Eu quero discutir e trazer para esta Casa a necessidade de pensarmos na herança que a Copa do Mundo vai deixar para nossa cidade. O que nós precisamos fazer para que a Copa do Mundo seja útil para Brasília? Muito se tem pensado em Copa do Mundo como um evento estanque e sem importância para a nossa sociedade, mas, na verdade, esse mês de jogos, se não for muito bem planejado, não vai deixar bons resultados para a nossa cidade, não vai deixar para nós uma herança positiva. Foi pensando muito que eu cheguei à conclusão de que a Copa do Mundo pode não valer a pena. A Copa do Mundo significa um monte de investimentos. Só de início, são previstos 56 bilhões de investimentos por causa da Copa do Mundo. Agora, esses investimentos têm de ser muito bem direcionados. Eu diria que a Copa do Mundo só terá sido uma benção para a cidade de Brasília se ela nos deixar quatro heranças fundamentais.

A primeira herança que a Copa do Mundo tem de deixar para Brasília é uma profunda melhoria na nossa infraestrutura. Nós precisamos que a Copa do Mundo deixe o veículo leve sob trilhos, o veículo leve sob pneus, uma integração melhor do nosso transporte público e o aumento das linhas do metrô. Disso, nós precisamos. Nós precisamos que a Copa do Mundo deixe para nós melhoria no atendimento de pronto-socorro dos nossos hospitais urgentemente, porque, para receber tantos turistas, como os que devem vir – ainda mais que Brasília ficou no centro desse torneio, Brasília vai receber provavelmente jogos de países importantes com tradição, como Argentina, Inglaterra, Alemanha –, Brasília precisa ter condições de atender a saúde pública no momento da Copa do Mundo. Nós temos de ter hospitais capazes de atender os turistas. Então, infraestrutura é a primeira herança que a Copa do Mundo tem de nos deixar, que é para a qualidade de vida para o brasiliense.

507

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início		
26	10	2011	15h48min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

A segunda herança que a Copa do Mundo tem de deixar para Brasília é a inserção definitiva de Brasília no circuito turístico brasileiro. E, até aqui, eu não tenho visto estratégia concreta para isso. É preciso debater. Não é possível que alguém diga que o turista de Copa do Mundo queira vir a Brasília para ver as obras de Niemeyer. Pare de enganar as pessoas! Não é possível que alguém diga que um turista de Copa do Mundo venha para Brasília para apreciar a gastronomia da cidade. Há um perfil do turista. Eu quero saber onde estão os estudos sobre isso. Aproveito a presença da Presidente da Codeplan para dizer que a Codeplan é fundamental nesse processo. Ela precisa produzir estudos para embasar as políticas públicas sobre a Copa do Mundo. Qual é o turista que vai vir para o Brasil? Que perfil ele tem? O que ele gostaria de ver aqui? Será que esse turista vem para assistir aos jogos e, logo, logo, embarca para fora da cidade? Devemos nos lembrar, por exemplo, de que, em Brasília, não é possível ouvir música ao vivo no Plano Piloto. E esse turista certamente não vai querer dormir às 10h da noite. Onde está a política eficiente para inserir Brasília no turismo nacional? O que eu quero propor é que a Copa do Mundo em Brasília esteja concatenada com a principal marca de Brasília: o *rock and roll*. É essa a marca de Brasília. Você vai ao interior da Alemanha, fala que é de Brasília, e as pessoas falam: Sepultura. É isso, é a marca da nossa cidade. Eu ouvi gente dizer que deveríamos produzir um carnaval fora de época e levar turista para a Ceilândia. Pelo amor de Deus, levem isso a sério! Não dá certo! Samba, o turista vai ver no Rio. Desculpem-me. Frevo, em Recife. Natureza, em Manaus. Axé, na Bahia. Em Brasília, é o quê? Então, temos que agir com inteligência.

A terceira herança que a Copa tem que deixar para Brasília, Deputado Wasny de Roure, é conectividade. É inaceitável que, num país com uma economia tão pujante, o cidadão ainda pague internet. Isso é passado na Europa, não existe mais. Qualquer cidadão que tem equipamento acessa a internet sem senha em qualquer lugar. Os nossos estabelecimentos insistem em pedir senha de *wireless*. A cidade precisa ser toda coberta por internet gratuita. Essa é a terceira herança que eu defendo, porque isso ficará para o cidadão. Internet no século XXI, desculpem-me, é direito fundamental do cidadão, e o País tem que debater isso.

A quarta herança – essa, para mim, é a mais importante – é que a Copa tem que deixar o brasileiro melhor, a Copa tem que deixar o brasileiro mais preparado. Então, essa Copa tem que deixar, Deputado Wasny de Roure, o brasileiro preparado para o mercado de trabalho, um brasileiro que fale inglês, que fale espanhol. Esse cidadão brasileiro tem que sair melhor da Copa do Mundo. Essa é a principal herança, é o que investimos na nossa população.

Então, eu quero elogiar a negociação feita entre o Distrito Federal e a organização da Copa. Nós trouxemos de Zurique uma grande vitória, que é a abertura da Copa das Confederações e sete jogos, que vão deixar Brasília em voga do início até o penúltimo dia da Copa do Mundo. Se a Copa do Mundo não deixar

508

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início		
26	10	2011	15h48min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

para Brasília infraestrutura, inserção no calendário turístico nacional, conectividade e qualificação da mão de obra, a Copa do Mundo não terá valido a pena em 2014.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como há pouco mencionei pessoalmente a V.Exa., há acordo com relação ao PL nº 513, de 2011; ao PLC nº 18, de 2011, e ao PLC nº 20, de 2011.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Acato o pedido de V.Exa. Incluo os projetos na Ordem do Dia.

Estão encerrados os Comunicados de Líderes.

Deputado Wasny de Roure, há acordo quanto aos Comunicados de Parlamentares?

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Acredito que sim, Sr. Presidente. Os colegas estão bastante ansiosos para entrar em votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Srs. Deputados, há acordo para passarmos direto dos Comunicados de Parlamentares para a Ordem do Dia? (Pausa.)

Não havendo manifestação, passaremos à Ordem do Dia.

(Assume a Presidência o Deputado Joe Valle.)

Dá-se início à

Ordem do Dia.

Consulto os Líderes para saber se há acordo para superarmos o sobrestamento dos itens nºs 1 a 19 da Ordem do Dia e votarmos as proposições constantes da pauta. (Pausa.) Há acordo.

Convido o Deputado Chico Vigilante a secretariar os trabalhos da Mesa.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 513, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 11.995.000,00 (onze milhões, novecentos e noventa e cinco mil reais)”.

A tramitação está concluída nas comissões. Foram apresentadas várias emendas de Plenário em primeiro turno.

Solicito ao Relator, Deputado Wasny de Roure, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre as emendas apresentadas à matéria.

509

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início		
26	10	2011	15h48min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças às emendas de Plenário ao Projeto de Lei nº 513, de 2011, que "abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 11.995.000, 00 (onze milhões, novecentos e noventa e cinco mil reais)".

Sr. Presidente, nos termos da letra b, do inciso II do art.64 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal compete à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças analisar a admissibilidade quanto à adequação orçamentária e financeira das proposições e emitir parecer acerca dos créditos adicionais.

Emenda nº 1 foi retirada; Emenda nº 2, aprovada; Emendas nº 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, aprovadas; Emenda nº 15, retirada; Emenda nº 16, aprovada; Emenda nº 17, rejeitada; Emendas nº 18 e 19, aprovadas.

Este é o nosso parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 13 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 484, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que "dispõe sobre a participação e remuneração dos membros da Banca Examinadora de Trânsito do Departamento de Trânsito do Distrito Federal - Detran/DF, e dá outras providências".

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

510

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 10 2011		15h48min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	29	

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não houve acordo com relação a esse item. Com relação ao Projeto de Lei Complementar nº 18, de 2011, e ao Projeto de Lei Complementar nº 20, de 2011, vão exigir...

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – O processo não chegou ainda à Mesa. Nós solicitamos...

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sim, mas como não há *quorum*, eu iria pedir que encerrássemos a sessão e votássemos em segundo turno o item que há pouco votamos, porque provavelmente vamos ter dificuldade com o *quorum*.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Não. Existe *quorum* neste momento. É possível...

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Há *quorum* para uma votação simples de 13 votos, Deputado Chico Vigilante, mas os Projetos de Lei Complementar nº 18 e 20 vão exigir 16 votos.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – *Quorum* qualificado.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – É, exatamente. Então eu pediria que nós votássemos já o segundo turno deste... (Pausa.)

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Desculpe-me, Sr. Presidente. Estou sendo informado de que esses dois projetos de lei complementar podem ser votados com *quorum* de 13 Deputados. Desculpe-me pela minha falta.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Continuamos com um problema, porque os processos ainda não foram encaminhados à Mesa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Quais processos, Sr. Presidente?

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Os dos Projetos de Lei Complementar nº 18 e 20. Eles estão na Comissão de Assuntos Fundiários.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – A comissão já votou. Já foram aprovados.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Mas os processos não chegaram aqui ainda. (Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, convocando sessão extraordinária a realizar-se imediatamente após esta para votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 513, de 2011, e, em primeiro turno, dos Projetos de Lei Complementar nº 18, de 2011, e nº 20, de 2011.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h26min.)